

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.407.380 - CE (2013/0330385-2)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL - PR00000000
AGRAVADO : N Y COMÉRCIO DE PRESENTES LTDA - EMPRESA DE PEQUENO PORTE
ADVOGADOS : GERSON LOPES FONTELES - CE008063
JESSÉ MARCELO HOLANDA FONTELES E OUTRO(S) - CE016777
ALICE MELO DE SOUSA - CE022167

DECISÃO

Trata-se de Agravo Interno, interposto pela FAZENDA NACIONAL, em 10/08/2017, mediante o qual se ataca decisão, de minha lavra, que deu provimento ao Recurso Especial, da parte **ex adversa**, para "determinar, à Corte de origem, uma vez afastada a tese da possibilidade de aplicação da pena de perdimento fundada na mera responsabilidade objetiva, a continuação do julgamento da Apelação, com a análise da questão de fato referente à existência, ou não, de boa-fé, por parte do ora recorrente, na aquisição da mercadoria apreendida.

Contraminuta às fls. 265/272e.

Tendo em vista a relevância dos argumentos esposados pela parte agravante, bem como a comprovação de que, nos termos do acórdão recorrido, o ora agravado apresentou notas fiscais que "não possuem os requisitos indispensáveis exigidos pela Lei n. 4.502 (art. 48)" (fl. 258e), torno sem efeito a decisão de fls. 246/249e.

Passo à análise do Recurso Especial.

Trata-se de Recurso Especial, interposto por NY COMÉRCIO DE PRESENTES LTDA - EMPRESA DE PEQUENO PORTE, em 25/04/2011, mediante o qual se impugna acórdão, proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. APREENSÃO DE MERCADORIAS ESTRANGEIRAS NO MERCADO INTERNO. IRREGULARIDADES NA DOCUMENTAÇÃO FISCAL E CONTÁBIL. NÃO COMPROVAÇÃO DA ORIGEM. PENA DE PERDIMENTO.

1. Hipótese em que o MM. Juiz 'a quo' denegou a segurança, em feito no qual a impetrante objetivava 'a liberação imediata das mercadorias descritas na 'Relação de Mercadorias Anexa ao Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal nº 0317600-21129/10', que se encontram sob a guarda da Impetrada na Unidade da RFB do Porto de Fortaleza - 3ª Região Fiscal'.

2. Compulsando os autos, observa-se a regularidade da ação fiscal aduaneira. Se as notas fiscais apresentadas não possuem os requisitos indispensáveis exigidos pela Lei n. 4.502/64 (art. 48) e a empresa fiscalizada mantém escrituração contábil irregular e descumpre obrigações acessórias consistentes na apresentação de livros de registro de entrada e saída, caixa e de inventário, não constitui ato abusivo e ilegal a apreensão dos bens em questão, até porque a prova da regularidade cabe a quem detém a mercadoria, devendo comprovar devidamente a origem do bem. Não o fazendo, incorre em pena de perdimento, nos termos do artigo 87 da referida lei.

3. Ademais, a regularidade das mercadorias apreendidas, com o exame da documentação fiscal e contábil demandaria dilação probatória, inadmissível nesta via mandamental.

4. Também não se vislumbra, no caso, qualquer ato de cerceamento de defesa, não tendo a impetrante se disincumbido do ônus de prová-lo.

5. Quanto à boa-fé alegada pela impetrante, não merece acolhimento. Como bem asseverado na sentença, com suporte na jurisprudência dos tribunais pátrios, 'a boa-fé do adquirente de bens estrangeiros, no mercado interno, sem a documentação devida, não elide a sua responsabilidade pela infração tributária constatada, uma vez que essa responsabilidade é de caráter objetivo, nos termos do artigo 136 do CTN'. Precedentes dos TRF's da 2ª e 3ª Regiões.

6. Apelações improvidas" (fl. 213e).

No Recurso Especial, manejado com base nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, alega-se a existência de dissenso pretoriano e violação aos arts. 136 e 137, II, do CTN e 112, II, da Lei 5.172/66.

Sustenta, a parte recorrente, em apertada síntese, que:

"(...) o art. 136 do CTN, embora parecendo adotar o princípio da responsabilidade objetiva, tal não acontece, pois seria um absurdo admiti-la no campo das relações tributárias, negando relevância ao elemento subjetivo do comportamento humano, sendo de notar a ressalva contida no próprio texto, 'caput': 'Salvo disposição de lei em contrário'. Corrobora esse entendimento, o art. 137, II seguinte, que trata da responsabilidade do agente, a indicar a necessidade de se considerar o elemento subjetivo, inclusive em relação a atos de terceiro.

(...)

Não é correto transferir a responsabilidade de fiscalização ou mesmo a responsabilidade penal e fiscal de eventual importação irregular a quem adquiriu de boa fé as mercadorias, SEM NENHUMA PROVA ELENCADE PELA RECEITA FEDERAL QUE VENHA A

VINCULAR A APELANTE À PRÁTICA DE QUALQUER ILÍCITO OU CONLUÍO COM O IMPORTADOR-FORNECEDOR. Apenas por puro subjetivismo!" (fl. 228e).

Por fim, requer "seja conhecido e provido o presente Recurso para o fim de reformar o V. Acórdão recorrido e, em consequência, restaurar o direito violado, confirmando os argumentos despendidos na peça inicial, no que fará às partes a tão esperada JUSTIÇA!" (fl. 232e).

Sem contrarrazões, foi o Recurso Especial admitido (fl. 240e).

O presente recurso não merece prosperar.

Do acórdão recorrido, extrai-se o seguinte trecho:

"(...) compulsando os autos, observa-se a regularidade da ação fiscal aduaneira. Se as notas fiscais apresentadas não possuem os requisitos indispensáveis exigidos pela Lei n. 4.502/64 (art. 48) e a empresa fiscalizada mantém escrituração contábil irregular e descumpre obrigações acessórias consistentes na apresentação de livros de registro de entrada e saída, caixa e de inventário, não constitui ato abusivo e ilegal a apreensão dos bens em questão, até porque a prova da regularidade cabe a quem detém a mercadoria, devendo comprovar devidamente a origem do bem. Não o fazendo, incorre em pena de perdimento, nos termos do artigo 87 da referida lei" (fl. 214e).

Inviável, em sede de Recurso Especial, rever esse juízo de fato, no sentido de que as notas fiscais apresentadas "não possuem os requisitos indispensáveis exigidos pela Lei n. 4.502/64", porquanto demandaria, evidentemente, investigação probatória, providência vedada pela Súmula 7/STJ.

Afastada a regularidade das notas fiscais apresentadas, resta igualmente afastada, por corolário, a alegada existência de boa-fé.

Ante o exposto, reconsidero a decisão agravada e, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Sem honorários. Mandado de Segurança.

I.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
Relatora